



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projeto de Lei nº 92/2024

Ementa: Concede revisão da remuneração dos servidores públicos municipais do Poder Executivo.

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Vereador Reginaldo Roberto Rodrigues da Costa

I – RELATÓRIO

A presente propositura de autoria do Poder Executivo, que Concede revisão da remuneração dos servidores públicos municipais do Poder Executivo., tramita neste Poder Legislativo e encontra-se nesta Comissão atendendo as normas estabelecidas no Regimento Interno deste Poder Legislativo, com a finalidade de que seja elaborado parecer sobre a matéria.

Em Mensagem o Chefe do Poder Executivo informa que:

“Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que concede a revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo. Tal propositura atende ao artigo 288 da Lei Municipal nº 2004/2008(Estatuto dos Servidores do Município do Hortolândia). Importante ressaltar, também, que o Município vem realizando diversas ações, como a retomada do Plano de Carreiras dos servidores municipais que se encontra amparadas, bem como através do pleno funcionamento da Escola de Gestão, que está proporcionando capacitações nas mais diversas áreas, visando ao aprimoramento e a valorização dos servidores municipais. É oportuno informar, ainda, que o Município tem realizado diversas ações, visando ao aumento da arrecadação municipal, porém ainda há percalços e dificuldades em se atingir as metas financeiras estimadas para o orçamento de 2024. Sendo





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

assim, dentro da capacidade orçamentária e financeira do Município para o ano de 2024, obedecendo as restrições impostas pelo inciso VIII, do art. 73, da Lei Federal nº 9.504/1997, que veda a revisão geral dos índices inflacionários, e visando valorizar os servidores municipais, que tanto se esforçaram no último ano, estaremos concedendo uma revisão na remuneração dos servidores municipais, repondo as perdas inflacionárias do período entre abril/2023 a março/2024, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, apurada pelo IPCA- Índice Preços ao Consumidor Amplo, acumulado nos últimos 12 meses, que foi de 3,93 %(três inteiros e noventa e três centésimos, por cento). Assim, valorizando o servidor público municipal, o Executivo Municipal apresenta o índice de revisão no percentual de 3,93 %(três inteiros e noventa e três centésimos, por cento), fruto de diálogos e acordo firmado com o sindicato representante dos servidores municipais. A concessão da revisão vigorará a partir de maio de 2024, mês da data base. Assim sendo e considerando que a revisão de vencimentos proposta neste projeto de lei segue o objetivo permanente de valorizar os servidores municipais e aprimorar o funcionamento da administração municipal, frisamos que a proposta se adequa às diretrizes contidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Hortolândia, bem como o disposto na Lei Complementar Federal nº 101/00 e, ainda, que a aprovação da matéria por essa Casa Legislativa em muito contribuirá para a satisfação das demandas da boa gestão municipal. As despesas decorrentes do Projeto de Lei detêm previsão de despesas referentes à revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo. Estas despesas estão contempladas nas dotações orçamentárias das unidades e





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

órgãos da Prefeitura Municipal de Hortolândia e são compatíveis com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes orçamentárias em vigor, bem como, estão de acordo com os requisitos do art. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/00. Considerando, por fim, que a data base é o mês de maio e que somente nesta data foi possível a conclusão das tratativas com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia, dou ao projeto o caráter de urgência e solicito que a sua tramitação se conclua dentro do prazo de 45 dias, nos termos do artigo 57 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município.

II – DA ANÁLISE DA MATÉRIA

A propositura em questão foi lida em Plenário na Sessão de 6 de maio de 2024, e sua ementa publicada, na data de , no Diário Oficial do Município, estando seu conteúdo disponível no site da Câmara Municipal, para cumprimento de publicidade e acompanhamento dos atos legislativos. Nesse período a propositura não recebeu emendas ou substitutivos.

Na conformidade do Art. 83 do Regimento Interno da Câmara Municipal, compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, para exame da admissibilidade jurídica e legislativa.

Constata-se que a medida é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, estando, desta forma, em condições de ser apreciado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Informa o Chefe do Poder Executivo que dentro da capacidade orçamentária e financeira do Município para o ano de 2024, obedecendo às restrições impostas pelo inciso VIII, do art. 73, da Lei Federal nº 9.504/1997, que veda a revisão geral dos índices inflacionários, e visando valorizar os servidores municipais, que tanto se esforçaram no último ano, concedendo uma revisão na remuneração dos servidores municipais, repondo as perdas inflacionárias do período entre abril/2023 a março/2024, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, apurada pelo IPCA- Índice





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Preços ao Consumidor Amplo, acumulado nos últimos 12 meses, que foi de 3,93 % (três inteiros e noventa e três centésimos, por cento).

Assim, valorizando o servidor público municipal, o Executivo Municipal apresenta o índice de revisão no percentual de 3,93 % (três inteiros e noventa e três centésimos, por cento), fruto de diálogos e acordo firmado com o sindicato representante dos servidores municipais.

A concessão da revisão vigorará a partir de maio de 2024, mês da data base. Assim sendo e considerando que a revisão de vencimentos proposta neste projeto de lei segue o objetivo permanente de valorizar os servidores municipais e aprimorar o funcionamento da administração municipal, frisamos que a proposta se adequa às diretrizes contidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Hortolândia, bem como o disposto na Lei Complementar Federal nº 101/00.

III – VOTO

Assim diante dos aspectos que cabem esta comissão analisar, e em razão dos argumentos acima expostos, manifestamo-nos **FAVORAVELMENTE** à constitucionalidade do **Projeto de Lei n.º 92/2024**, nos termos desse Relatório.

É o voto e relatório.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2024.

Vereador Reginaldo Roberto Rodrigues da Costa
Relator



